

# Uma paz não-kantiana? Sobre a paz e a guerra na era contemporânea <sup>1</sup>

Paulo Roberto de Almeida <sup>2</sup>

In: Eduardo Svartman, Maria Celina d'Araujo e Samuel Alves Soares (orgs.),  
*Defesa, Segurança Nacional e Forças Armadas: II Encontro da Abed*  
(Campinas: Mercado de Letras, 2009, 376 p.; ISBN: 978-85-7591-112-9; p. 19-38).

## Sumário:

1. Introdução: Raymond Aron corrige Immanuel Kant
2. Guerra e paz em perspectiva histórica
3. Sobre uma paz não-kantiana, em meio a conflitos prováveis
4. Da grande para a pequena geopolítica (em torno dos conflitos regionais)

**Resumo:** Em 1948, Raymond Aron, convencido dos impasses da Guerra Fria, formulou um diagnóstico por ele confirmado três décadas depois: “paz impossível, guerra improvável”. Uma leitura não-kantiana dos problemas da paz e da guerra atualmente – isto é, não condicionada aos sistemas políticos dos contendores, mas situada na tradição aroniana – poderia introduzir novas reflexões sobre a natureza dos conflitos contemporâneos. As possibilidades de conflito aberto entre as grandes potências retrocederam em relação ao panorama de guerras totais, de estilo clausewitziano, que Aron contemplava em sua época. Mas não estamos sequer próximos de qualquer tipo de paz “kantiana”. O cenário estratégico poderia ser resumido numa paráfrase da afirmação aroniana: paz possível, conflitos prováveis.

**Palavras-chave:** Guerra. Paz. Globalização. Conflitos contemporâneos.

## A non-Kantian peace?: On peace and war in the contemporary era

**Abstract:** Raymond Aron, believing in the irretrievable nature of the Cold War divide between Western powers and Soviet Empire, formulated in 1948 his very well known diagnostics about this conflict: “impossible peace, improbable war”, which he confirmed three decades later, in his posthumous work, “The Last Years of the Century”. A present-day non-Kantian reading of the peace and war problems in the context of globalization – and thus not conditioned by the political system of the contenders, albeit within Aronian tradition – could help in bringing new light to the discussion about possible conflicts in contemporary era. Possibilities of open conflicts between the big powers have receded in comparison with the Clausewitzian scenario, analyzed by Raymond Aron in his time. Yet, we are very far from any kind of a Kantian peace. Strategic scenario could be interpreted by a paraphrase of the Aronian dicto: “possible peace, probable conflicts”.

**Key-words:** War. Peace. Globalization. Contemporary conflicts.

---

<sup>1</sup> O presente ensaio, em uma primeira versão, foi preparado especialmente para o Segundo Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Niterói: UFF, 16-19 de julho de 2008; [www.uff.br/pgcp/abed.html](http://www.uff.br/pgcp/abed.html)) e publicado, no formato reduzido original, no livreto desse encontro, disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page13/files/PauloAlmeida.pdf>. A versão aqui apresentada foi inteiramente revista em março de 2009 e ampliada e refinada em seus argumentos principais.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira; Professor de Economia Política Internacional no Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); Professor orientador no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores ([www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org); [pralmeida@mac.com](mailto:pralmeida@mac.com)).

“Não é de se esperar que reis filosofem ou que filósofos se tornem reis, mas tampouco é de se desejar [isso], porque a posse do poder corrompe inevitavelmente o livre julgamento da razão. Porém, é indispensável, para iluminar sua ocupação, que reis ou povos reais (que governam a si mesmos segundo leis de igualdade) não atrofiem ou emudeçam a classe dos filósofos, mas a deixem falar publicamente...”  
Immanuel Kant, *À Paz Perpétua* (1795)

## 1. Introdução: Raymond Aron corrige Immanuel Kant

A transcrição acima, retirada do segundo suplemento – “artigo secreto para a paz perpétua” – de pequeno ‘panfleto’ de Kant sobre a pacificação das nações, ilustra bem os dilemas de todo estadista em face dos problemas eternos da paz e da guerra no quadro das relações entre Estados soberanos. Ainda que a conduta dos Estados deva ser guiada pelos princípios da *razão* – supostamente encarnada pelos filósofos – é muito mais provável que essa conduta seja também influenciada pelos interesses passageiros dos ocupantes do Estado, isto é, os governantes, cuja capacidade de adotar soluções racionais quando confrontados aos problemas reais da sobrevivência e da manutenção do Estado, tanto no plano interno quanto no externo, se encontra sempre maculada, ou deformada, pela *posse do poder* em suas dimensões mais concretas, quais sejam, o monopólio do uso legítimo da força policial no âmbito doméstico e o direito de recorrer à violência armada quando o Estado é desafiado em suas fronteiras ou quando os governantes desejam ampliar o seu poder na esfera internacional. Os requisitos para a paz, na verdade, são simples: respeito a princípios ‘republicanos’ de governo e liberdade de pensamento e de expressão.

Não existe, contudo, solução prática ao dilema do predomínio da razão ou da vontade de poder nos assuntos humanos e nos do relacionamento entre Estados, a não ser, como recomenda o sábio de Königsberg, que se busque aconselhamento com a classe dos filósofos, porque esta, nas palavras de Kant, seria “incapaz, segundo sua natureza, de agremiações e alianças, insuspeitos de *propaganda* por meio de boato”. Em outros termos, antes de partir para a guerra, soberanos esclarecidos deveriam procurar junto aos filósofos, mesmo silenciosamente (ou seja, secretamente), instrução “sobre os princípios de sua conduta em relação a outros Estados” (Kant, 2008: 55-56). Não quer dizer que o príncipe venha a seguir os conselhos dos filósofos, mas seria desejável, pelo menos, que ele os escute.

Immanuel Kant tinha plena consciência da limitação intelectual dos soberanos, bem como das limitações práticas dos intelectuais, mas ele pretendia, ainda assim, que os primeiros engajassem os segundos como seus ‘consultores oficiais’. Esta aspiração, comum a

tantos conselheiros do príncipe, atravessa os tempos, desde Platão e Nicolau Maquiavel, até o próprio Raymond Aron, que certamente não foi emudecido – talvez pelo fato de viver em uma ‘república kantiana’ – em sua missão de iluminar o livre julgamento da razão. É altamente duvidoso que Platão tenha tido a oportunidade de colocar em prática suas recomendações para a consecução do que hoje chamaríamos de ‘boa governança’, mas é certo que Maquiavel tentou, ativamente, convencer e ensinar os ‘seus’ príncipes sobre as formas mais seguras – ainda que violentas – para conservar o poder pessoal e ampliar o poder do Estado colocado sob seu comando ou por eles conquistados.

Infelizmente, como é sabido, Maquiavel não foi bem sucedido no seu didático empreendimento, mas é certo, também, que ele deixou, se não um manual para a expansão do *Stato totale*, pelo menos um guia prático – ainda que relativamente ‘heterodoxo’ – para a construção do poder de Estado, orientado exclusivamente pelos princípios da razão (indiferente, portanto, a regras de ordem moral). Os conselhos de Maquiavel permaneceram válidos subsequentemente – mesmo se não mais em seu formato puramente operacional, ou seja, destinados a candidatos a *condottieri* – e podem ser amplamente utilizados no contexto contemporâneo (Almeida, 2007).

Raymond Aron, por sua vez, foi seguramente um dos mais realistas filósofos contemporâneos, tendo contribuído como poucos de seus colegas para uma reflexão de grande profundidade sobre as relações entre a paz e a guerra na era atômica. Em 1948, no seu livro de estréia sobre as relações internacionais (*Le Grand Schisme*), Aron, convencido dos impasses da Guerra Fria que recém se iniciava e consciente dos perigos de um enfrentamento direto entre os dois gigantes militares saídos da recente confrontação contra as potências nazi-fascistas, formulou um diagnóstico preciso sobre o cenário estratégico, previsão que ele ainda confirmou, mais de três décadas depois, num livro publicado postumamente: “paz impossível, guerra improvável” (Aron, 1984). Em obras posteriores, Aron continuou aperfeiçoando suas reflexões sobre o balanço estratégico e as possibilidades de paz, ou de guerra, entre as grandes potências, se eximindo, em todo caso, de especular sobre as condições de alguma paz universal, muito menos perpétua: nesse sentido, Aron foi muito pouco ‘kantiano’, sem entreter qualquer tipo de ilusão sobre possibilidades que ele considerava irrealizáveis.

Tão ou mais racionalista do que o filósofo de Königsberg – que ele talvez considerasse um idealista –, Aron mantinha um espírito essencialmente cético, não apenas sobre qualquer tipo de paz permanente entre as potências, mas também em relação ao fim do Estado nacional ou, em uma perspectiva mais modesta, quanto à possibilidade de cessão

efetiva de soberania em direção a um Estado multinacional. Não que ele se alinhasse entre os chamados ‘eurocéticos’, posto que ele apoiava os esforços de integração econômica e de coordenação política e militar entre os países da Europa ocidental formadores da Comunidade Européia. Mas ele acreditava que os elementos primários da equação militar, em um Estado nacional, não podiam sofrer qualquer cessão de soberania, sob pena de ser o Estado em questão vítima de alguma ‘má surpresa’ da parte de outro Estado pouco ‘republicano’, para usar a expressão kantiana designando as formações políticas guiadas por leis civis (isto é, pelo princípio constitucional).

Mas o mundo mudou significativamente depois que Raymond Aron confirmou o seu diagnóstico de 1948 no livro postumamente publicado, sendo a mais importante das mudanças, sem dúvida alguma, a implosão dos Estados que aderiam à ideologia salvacionista que pretendia unificar os povos mediante o enterro do capitalismo. Não se sabe exatamente como Raymond Aron teria revisto seu pensamento formulado em plena era da Guerra Fria caso tivesse assistido à derrocada final do império soviético e à alegre adesão do império do Meio ao modo de produção capitalista. É possível que ele tivesse considerado esses movimentos políticos acomodações parciais, simples turbulências na superfície dos sistemas, pequenos ajustes super-estruturais, sem alterar basicamente a lógica dos sistemas imperiais e suas imanências estratégicas.

Mas é também possível imaginar que ele se dispusesse a produzir uma seqüela ao *Penser la Guerre*, este dedicado ao filósofo da guerra Clausewitz (Aron, 1976), e considerasse um mundo não mais dividido entre impérios potencialmente belicosos, no plano da força bruta, mas apenas dividido entre potências concorrentes entre si, nos planos econômico e tecnológico, contendo suas paixões guerreiras por meio do ‘doux commerce’, como pretendia Montesquieu. Pode-se compreender, *a posteriori*, o ponto de vista de Aron, cuja perspectiva analítica enfatiza bem menos as relações econômicas internacionais do que as relações de força entre as grandes potências, pelo simples fato de que a sobrevivência da Europa e da própria humanidade estavam em jogo durante a fase de confrontação bipolar e do exercício recíproco do terror nuclear pelas duas superpotências (Almeida, 2002: 15). O pós Guerra Fria só ocorreu seis anos depois de sua morte: caso ele tivesse assistido ao fim do comunismo, talvez tivesse produzido um novo estudo sobre a base econômica das novas relações de força e poder entre as nações, bem mais centradas no comércio e na tecnologia do que na posse de mísseis e de ogivas nucleares (Almeida, 2002: 33).

Assim, mesmo sem uma hipotética necessidade de aderir à ideologia kantiana da paz republicana, Aron poderia ter sofisticado sua reflexão sobre as formas de soberania possíveis

no contexto dos impérios semi-universais do pós Guerra Fria. Especulando sobre desenvolvimentos prováveis, estes não mais necessitam garantir a extração de recursos em bases exclusivas, mas podem cooperar reciprocamente pela força do aprofundamento gradual da interdependência econômica. Este processo, por sua vez, somente se torna efetivo com o desaparecimento da alternativa política ao sistema típico do modo de produção capitalista, qual seja, uma ‘democracia formal’, isto é, um Estado capaz de conviver em bons termos com o mercado, sem ter de controlá-lo como nos sistemas coletivistas, de modo geral.

Em outros termos, o ‘fim da história’ não pede necessariamente a ‘democracia burguesa’, mas que os sistemas de organização política aceitem a interdependência econômica como um dado intrínseco ao seu modo de funcionamento, não como uma variável aleatória ou um antagonismo descartável. Essa paz muito pouco perpétua, e ainda menos universal, se apoiaria não em constituições republicanas ou na dissuasão típica da era bipolar, isto é, no terror nuclear, mas numa *Lex mercatoria* tornada praticamente universal por obra e graça do capitalismo triunfante do século 21.

De fato, depois de um século 20 caracterizado por matanças indescritíveis, em escala jamais vista em épocas anteriores da história da humanidade, num cenário bem descrito por Niall Ferguson em um de seus livros (2006), o mundo do século 21 parece agora encaminhar-se para uma fase de relativa paz, pelo menos no que se refere ao relacionamento recíproco entre os grandes centros de poder (em outras épocas definidos como ‘sistemas imperiais’). Abstraindo-se os conflitos regionais e as guerras civis – que continuam a subsistir em qualquer cenário concebível –, tanto o caráter quanto a intensidade, bem como a recorrência dos conflitos contemporâneos, parecem retroceder em relação ao panorama de guerras totais ou globais, observadas ainda menos de duas gerações atrás. As mudanças são devidas tanto a alterações fundamentais na ‘arte da guerra’ – com a irrupção do artefato nuclear e a possibilidade de aniquilamento da civilização – como em função da crescente interdependência econômica entre os sistemas nacionais, depois de séculos de mercantilismo, de exclusivismo colonial, de nacionalismo, de regionalismos imperiais e de políticas autárquicas e centralizadas no Estado.

Uma leitura não-kantiana dos problemas da paz e da guerra – isto é, não condicionada aos sistemas políticos de possíveis contendores, mas certamente situada na tradição aroniana de *Paz e Guerra entre as nações* (1962) – poderia introduzir novas reflexões sobre a natureza dos conflitos contemporâneos. As possibilidades de conflito entre as grandes potências parecem retroceder em relação ao panorama de guerras totais, de estilo clausewitziano, que Aron contemplava em sua época, não obstante o poderio atômico. Certamente não estamos

sequer próximos de qualquer tipo de paz ‘kantiana’, mas o cenário estratégico poderia ser resumido numa paráfrase da afirmação aroniana, da seguinte forma: paz possível, conflitos prováveis.

## **2. Guerra e paz em perspectiva histórica**

Uma visão de largo espectro histórico – isto é, nos últimos cinco séculos – sobre a evolução dos grandes conflitos entre as principais potências militares poderia oferecer o panorama seguinte. A humanidade deixou o estado de guerra primitiva – o dos enfrentamentos tribais meramente por questões de sobrevivência, ainda na pré-história – para uma fase de guerra artesanal, de guerreiros a pé, ou a cavalo, o que ainda era o modo principal de fazer a guerra em pleno Renascimento, eventualmente com profissionais contratados para a tarefa, usualmente chamados de mercenários. Mesmo as legiões romanas passaram pouco a pouco a dispor de menor quantidade de cidadãos voluntários do que de soldados profissionais e conscritos ‘involuntários’, ou seja, de escravos engajados à força.

A partir do Renascimento, os progressos institucionais foram mais rápidos: exércitos nacionais formados como instituições burocráticas, organizados de modo racional, em função dos meios e fins, mas ainda em escala ‘manufatureira’, ou seja, envolvendo recursos limitados aos cofres do próprio Estado – isto é, o Tesouro do soberano absoluto. A revolução tecnológica iniciada no século 18 ampliou a escala dos meios e recursos disponíveis, o que resultou, então, na guerra ‘industrial’, que combina a mobilização ampla das possibilidades nacionais em batalhões napoleônicos e concepções clausewitzianas de organização militar. Este foi o padrão dos exércitos nacionais, até a chegada dos conflitos totais, mobilizando, praticamente, o poderio econômico global dos Estados envolvidos, de que são exemplos os dois conflitos mundiais do século 20. Finalmente, a irrupção da arma atômica na equação do poder mudou fundamentalmente os dados da questão militar, ainda que muitos acreditem que ela possa ser uma arma tática, também, e não apenas um elemento dissuasório, ou um fator ‘psicológico’. As guerras do século 20 já foram bem mais ‘tecnológicas’ do que simplesmente industriais ou financeiras, o que agora se prolonga para os terrenos da microeletrônica e da biotecnologia para fins militares. Mais um pouco de progresso técnico, alguns combates dispensarão soldados, se ‘robôs matadores’ são concebíveis.

Em qualquer hipótese, o problema do conflito global passa a ser colocado de outra forma a partir do vetor nuclear, com novos desenvolvimentos estratégicos, doutrinários e conceituais que podem aposentar, relativamente, Clausewitz e suas elegantes (mas antiquadas) formulações da era pré-atômica. Obviamente, muitos exércitos nacionais

continuam, fundamentalmente, a pensar a guerra ainda em termos clausewitzianos, mas isso é inevitável, em função do panorama assimétrico de concepção, produção e apropriação de progressos tecnológicos e do ‘congelamento’ do poder nuclear patrocinado pelas grandes potências. As desigualdades estruturais que existem no plano da capacitação industrial, financeira e tecnológica dos Estados nacionais se reproduzem, literalmente, no plano do poder bélico.

Essa situação é permanente, mas ela se tornou mais clara com a formação dos Estados nacionais da era moderna. Vejamos, resumidamente, as principais etapas da ‘arte da guerra’ no período considerado.

As grandes nações guerreiras, que se identificam com os Estados nacionais criados após o Renascimento – ou mesmo antes –, deixaram o cenário de pequenas guerras de posição, muitas vezes travadas com o recurso eventual a tropas mercenárias, comuns nos séculos 15 e 16, para as guerras de conquista e ocupação, típicas do cenário europeu entre os séculos 17 e 18. Importantes inovações táticas e estratégicas, de estilo clausewitziano ou napoleônico, foram inseridas ao longo do século 19, tanto na forma de conduzir os combates sobre o terreno, como em relação às condições logísticas e estruturais subjacentes da ‘arte da guerra’, passando a envolver a mobilização de forças nacionais em larga escala.

Comparado, ao século 20, o século 19 poderia retrospectivamente ser visto como relativamente ‘pacífico’. Com exceção de guerras localizadas, de ‘unificação nacional’ – Prússia contra Áustria e França, ademais da pequena Dinamarca, para constituir o Segundo Reich; aventura garibaldina contra os Estados papais para consolidar o domínio da Casa de Sabóia sobre o conjunto da península itálica – e da campanha franco-britânica contra a Rússia, na Guerra da Criméia – para impedi-la de fechar o estreito de Dardanelos –, as grandes potências européias praticamente não se enfrentaram, em qualquer hipótese, não em conflitos globais. O potencial de destruição, a despeito de progressivamente aumentado pelo tamanho crescente dos canhões, pelas cargas de cavalaria e pela metralhadora *Maxim*, permanecia modesto, na perspectiva do que veio depois, com o alcance da artilharia, a rapidez dos tanques e os bombardeios aéreos maciços.

O cenário mundial do século 20 – que começa marcado por novas aventuras coloniais dos grandes impérios nacionais – conheceu uma inacreditável explosão de violência, sob a forma de duas guerras globais que não mais pouparam instalações ou populações de espécie alguma. Depois do horror provocado pelas armas químicas na Primeira Guerra Mundial e dos bombardeios devastadores, indiscriminados e incendiários, contra alvos civis, no decorrer da Segunda, o advento da arma atômica, ao final desta, sinalizou um limite para o exercício da

violência militar, uma vez que ela poderia implicar o terror de um holocausto global. A contabilidade macabra deixada por esses grandes conflitos se cifra em dezenas de milhões de vítimas, como registra Niall Ferguson em *The War of the World* (2006).

Curiosamente, o mesmo Ferguson, em palestra-resumo de seu livro anterior, *Cash Nexus*, não deixou de sublinhar as perspectivas otimistas que a segunda onda da globalização despertava nos *true believers* da pacificação capitalista da *belle époque*: os ‘crentes’ no progresso econômico eram otimistas de que o ciclo de prosperidade trazido pela interdependência econômica criada no último terço do século 19 seria um fator atenuante das paixões guerreiras. Como ele escreveu:

Em 1898, o financista polonês Ivan Stanislavovich Bloch publicou um *magnum opus* em seis volumes que apareceram em inglês sob o surpreendente título de *Is War Now Impossible?* Bloch argumentava que, em qualquer guerra continental, as finanças seriam ‘o elemento decisivo e dominante na matéria’, levando as hostilidades a uma rápida conclusão. ‘O futuro da guerra’, disse Bloch, ‘não será a morte dos homens, mas a bancarrota das nações’. Ele não estava sozinho em pensar assim. Em *The Great Illusion*, publicado em 1910, Norman Angell dizia que ‘a profunda mudança efetuada pelo crédito e a ‘interdependência delicada das finanças internacionais’ tinham tornado a guerra irracional e talvez mesmo impossível, uma vez que ‘nenhuma força física poderia superar a força das finanças’.’ Em menos de cinco anos, as potências européias iriam demonstrar quão erradas estavam essas noções otimistas. Em julho de 1914, os apelos desesperados dos Rotschields e dos Warburgs de que uma guerra européia iriam destruir a ‘delicada interdependência das finanças internacionais’ foram simplesmente ignorados. Longe de impedir a guerra, a ‘força do crédito’ tornou possível conduzir a guerra numa escala ainda mais vasta e por muito mais tempo do que os peritos financeiros do pré-guerra – inclusive John Maynard Keynes – pensavam que fosse possível. (Ferguson, 2001: 13).

Em vista de uma percepção objetiva quanto aos custos da guerra para os atuais ‘impérios’, o mais provável é que essas superpotências não mais voltem a se enfrentar diretamente em grandes guerras totais, mas que procurem se acomodar mutuamente com o recurso às negociações ou, quando for necessário, às guerras localizadas e aos conflitos militares por procuração. Estas *proxy wars* não mais envolverão a escalada final, isto é, a destruição completa do inimigo, pois isso poderia significar sua própria destruição, quando não uma hecatombe em escala planetária.

De fato, nas mais de seis décadas que sucederam aos bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki, a arma atômica não foi empregada novamente em conflitos militares, a despeito de cálculos ou até planos para que fossem efetivamente usadas, por exemplo, por ocasião da guerra da Coreia, contra a China (ensejando a demissão do comandante militar americano, MacArthur, pelo presidente Truman) e de doutrinas prevendo sua utilização plena, como aquela que ficou conhecida pelo acrônimo MAD, *Mutually Assured Destruction*, no auge da Guerra Fria.

Alguns, entretanto, alegam que elas foram, sim, *usadas*, sobretudo quando da crise envolvendo mísseis soviéticos em Cuba (1962), quando militares dos dois lados chegaram a armar os mísseis: o que ocorreu, simplesmente, foi que elas não foram *disparadas*, mesmo tendo entrado nos cálculos estratégicos dos dois contendores. Os mísseis armados de ogivas nucleares continuam a fazer parte dos cálculos táticos de todos os planejadores militares que deles dispõem, ainda que os líderes políticos os considerem, sobretudo, como elementos de dissuasão estratégica.

Seja no decorrer da Guerra Fria, quando os cálculos quanto à sobrevivência do contendor, depois do primeiro ataque, eram bastante incertos, seja, sobretudo, depois da ‘liquidação’ do socialismo – para todos os efeitos práticos, isto é, enquanto ‘modo alternativo’ de organização social da produção e de regime político – já não parecem existir motivos fundamentais para um ‘enfrentamento definitivo’ entre as potências da atualidade, já que nenhuma delas disporia, aparentemente, de motivos securitários, e muito menos ‘ideológicos’, para ameaçar a existência de uma outra, e vice-versa. Qualquer que seja a interpretação que se possa fazer da equação estratégica na era atômica, a evidência empírica é a da auto-contenção na ‘subida aos extremos’, por parte das potências contemporâneas.

Não se quer, com isso, cair no otimismo algo ingênuo de Bloch e de Angell, que acreditavam que a interação de tantos interesses econômicos e financeiros entre as grandes potências européias da *belle époque* simplesmente as impelia a um tipo de racionalidade instrumental, que evitaria o deslanchar de uma guerra de proporções abrangentes. Mas o argumento quanto à interpenetração de interesses econômicos não deixa, no entanto, de ter o seu valor, como se procurará argumentar em seguida.

### **3. Sobre uma paz não-kantiana, em meio a conflitos prováveis**

Pretendo formular uma pequena série de ‘teses’ sobre como imagino o futuro da guerra e da paz no contexto da globalização contemporânea. Minha *tese principal* é a de que guerras inter-imperiais se tornaram uma quase impossibilidade prática nas condições da globalização ascendente. Em outros termos, mesmo arriscando uma aposta absolutamente anti-aroniana, ousou afirmar que não haverá mais guerras totais, de estilo ou corte clausewitziano-napoleônico, como as ocorridas no século 20. A tese me parece válida para o futuro previsível, ou pelo menos para o horizonte possível das interações capitalistas suscetíveis de se desenvolverem entre ‘candidatos’ hipotéticos a um enfrentamento eventual no cenário global já referido.

Isto não implica, contudo, o estabelecimento de uma paz kantiana, mesmo que não perpétua, ou seja, uma contenção racional dos ardores belicosos no quadro de um sistema quase universal de ‘repúblicas’ constitucionais. A paz kantiana implicaria a pacificação ou neutralização recíproca dos possíveis contendores com base em uma mesma identidade política fundamental. Esta, para o filósofo de Königsberg, seria representada por regimes constitucionais relativamente liberais enquanto forma ideal de administração dos homens e das sociedades. Tal me parece ser o sentido correto do conceito de ‘constituição republicana’, como referido por Kant, ou seja, um regime de igualdade legal entre os cidadãos, no quadro de um sistema aberto aos talentos e guiado por princípios racionais. O ‘fim da história’, tal como sugerido por Fukuyama, pode até acarretar a quase universalização da economia de mercado – o que, mais exatamente, corresponde a um ‘fim da geografia’ – mas esse fenômeno econômico não significa, necessariamente, a existência exclusiva da democracia política enquanto padrão único ou universal para todos os participantes do jogo estratégico.

A ‘quase’ impossibilidade de uma guerra inter-imperial redundante, em sentido oposto, na ‘quase’ impossibilidade de uma paz kantiana (perpétua ou temporária, não importa), uma vez que nem todos os contendores hipotéticos ostentam, obviamente, ‘constituições republicanas’. Mas esta é uma condição ‘quase’ filosófica, em sentido próprio; ela não é uma condição estrutural, ou empírica, das relações inter-imperiais na situação concreta da modernidade capitalista. Alguns (Robert Kagan, por exemplo) até acreditam que vivemos um ‘quase’ retorno da história, para o velho equilíbrio de poderes do final do século 19, no qual a relativa equivalência militar das potências mais importantes estabeleceu um impasse estratégico, eventualmente baseado em alianças rivais (Kagan, 2008).

O cenário político-estratégico ainda é o da ‘anarquia’ moderada, ou seja, sem entendimentos essenciais entre os principais atores do grande jogo do poder quanto à administração de conflitos, mas com um entendimento básico sobre a impossibilidade de se vencer uma guerra no quadro atual de impasses recíprocos trazidos pelos vetores nucleares. O realismo cínico dominante desde sempre poupará a história futura de uma repetição patética de equivalentes atômicos de acordos tão ingênuos e ineficazes quanto o pacto Briand-Kellog (1928). É certo que a Carta das Nações Unidas (1945) incorpora algo do espírito do Tratado de Paris – oficialmente designado como Tratado Geral para a Renúncia da Guerra –, assim como dos objetivos originais do Pacto da Liga das Nações (1919), mas poucos acreditam que todos os signatários se manterão para sempre fiéis ao propósito de resolver toda e qualquer contenda mais séria única, obrigatória e exclusivamente por meios pacíficos (Keegan, 1995: 395-6).

Poucos estadistas contemporâneos se permitem fazer digressões teóricas – que muitos devem considerar como uma discussão em torno de futilidades – em torno de um equivalente atual da ‘paz perpétua’, mesmo porque potências que se respeitam não costumam fazer concessões de nenhum tipo, nem renunciar à soberania última de dispor elas mesmas do direito de recorrer à guerra, sempre quando seus interesses fundamentais estiverem em jogo. Mas elas são responsáveis o suficiente para não deixar que esses interesses sejam contestados ao ponto de uma ruptura definitiva, que seria, aparentemente, de natureza atômica.

Desse ponto de vista, o instinto de sobrevivência de atores responsáveis – até mais do que cálculos racionais quanto à ‘economia política’ de um conflito nuclear – fará com que se mantenham fechadas as bainhas dos mísseis balísticos, ainda que estes possam ser contados para fins de uma pequena contabilidade macabra. Não haverá, contudo, a despeito da crescente interdependência econômica entre esses atores, aproximação entre seus sistemas políticos, de maneira a permitir alguma forma atualizada de uma ‘santa aliança das democracias’, pela simples razão de que poucos atores de primeiro plano são ou serão democracias de verdade, no sentido kantiano do conceito. De fato, o que temos hoje (e o que teremos pelo futuro previsível) no *inner sanctum* do CSNU, são três democracias de estilo ocidental e duas autocracias em transição, quase ao estilo do despotismo oriental de que falava Karl Wittfogel (1957), com todo o peso opressor das burocracias públicas ‘racionalizadas’.

Minha *tese secundária* é a de que essa ausência de guerras totais – ou de uma grande guerra ‘final’ – não significa a inexistência de conflitos, alguns sérios, entre os grandes atores. Pode até ser provável que eles ocorram com maior freqüência, na ausência do já referido enfrentamento ‘final’. Mas os conflitos prováveis não devem impedir o estabelecimento de um novo ambiente de ‘paz provável’ entre os mesmos hipotéticos contendores, no quadro mais geral de ‘disputas possíveis’ entre eles. Haveria elementos suficientes para afastar o perigo de guerras entre esses atores de primeiro plano, ao mesmo tempo em que se declara a plausibilidade de conflitos ente eles? O que sustenta tal tipo de análise?

De fato, a assertiva acima, que torna improvável uma guerra ‘verdadeira’, ou direta, entre os grandes atores – ou impérios – da atualidade, pode parecer ingênua, ou totalmente irrealista, em face de precedentes já acumulados, ou seja, tendo em conta os ‘testes militares’ já realizados no curso da história. Em que sentido os precedentes históricos poderiam abrir caminho a uma possível repetição do passado?

Uma lista de elementos suscetíveis de explicar os conflitos inter-imperiais do período anterior, ‘napoleônico’ ou ‘bismarckiano’, poderia ser assim feita: disputa por matérias primas, sobretudo energéticas, disputas que, todavia, não precisariam implicar em conquistas territoriais *stricto sensu*, bastando a conclusão de acordos comerciais (difíceis, porém, de serem feitos, nas condições coloniais do século 19 e da primeira metade do século 20); necessidade de acesso a mercados e garantias de fornecimento de mercadorias consideradas estratégicas a processos produtivos ligados à segurança nacional; busca de ‘espaços vitais’ para a exportação de ‘excedentes demográficos’; desejo de prestígio, associado à posse de dependências periféricas; e, claro, a própria segurança do Estado em causa, contra um vizinho ameaçador.

Em que sentido se poderia dizer que os mesmos elementos que existiam na conjuntura de um século atrás continuam existindo na atualidade? Se eles possuem seus equivalentes funcionais contemporâneos, poderiam eles conduzir eventualmente a um cenário de enfrentamentos tão mortíferos quanto aqueles conhecidos no teatro europeu, entre 1870 e 1945, ou no contexto asiático, da Guerra do Pacífico entre o Japão e os EUA?

O que se poderia argumentar, finalmente, é que, existindo, ou não, algumas coincidências entre essas situações separadas no tempo, mas unidas pelo seu caráter ‘estrutural’, não há nenhuma garantia segura – como poderia, talvez, sublinhar Raymond Aron – de que as grandes potências não venham a se enfrentar novamente, num conflito de grandes proporções, no futuro previsível.

Contra o argumento da ‘circularidade’ da história, no caso dos enfrentamentos imperiais, eu levantaria a minha *terceira tese*, que consiste simplesmente em afirmar que as grandes potências não mais empreenderão a ‘aniquilação’ dos seus adversários pela razão muito prática de que isto poderia significar, também, sua própria destruição. Nas condições de preparação atômica que são as existentes atualmente, essa hipótese deve estar plenamente integrada, se não nos cálculos estratégicos dos militares, pelo menos nas avaliações políticas que conduzem estadistas responsáveis.

Outro fator, de caráter propriamente econômico, condiciona o recurso último ao enfrentamento militar nas condições contemporâneas: o mundo, longe da autarquia dos séculos e sistemas econômicos precedentes, se tornou de verdade interdependente e globalizado, no plano da produção, do abastecimento, da distribuição, das finanças e dos sistemas de informação, com mercados relativamente abertos e competitivos presidindo aos grandes intercâmbios. Limitações existem, por certo, como no caso das tecnologias proprietárias e dotadas de sensibilidade militar; mas também existe um mercado para esse

tipo de produto especial, inclusive no terreno da espionagem (que também responde a cálculos racionais de utilização de ‘recursos escassos’).

Na medida em que a capacitação tecnológica e sua incorporação em sistemas defensivos e ofensivos nacionais respondem pelo essencial da supremacia militar nas condições contemporâneas, a competição entre impérios se dará, basicamente, no terreno científico-tecnológico, com disputas residuais por acesso a insumos e produtos relevantes para que esses sistemas continuem a funcionar normalmente. Tendo em vista que essa capacitação se dá, também, crescentemente, por meio de redes unindo pesquisadores dos mais diversos países – inclusive daqueles teoricamente ‘rivais’ –, não parece haver, nessas condições, qualquer elemento ‘precursor’ de um conflito de grandes proporções entre esses impérios.

Estes são, portanto, os fundamentos teóricos de uma paz não-kantiana, na verdade mais proposta no plano conceitual do que testada na prática. Uma razão de ordem prática pode, no entanto, validá-la enquanto possibilidade histórica: as guerras raramente são feitas por militares, mas sim conduzidas por príncipes, que geralmente são chefes políticos, mais do que estrategistas reconhecidos. Nas condições do mundo contemporâneo, quando diplomatas estão permanentemente em contato recíproco (à diferença das ‘embaixadas’ antigas, missões quase ocasionais), quando os militares entretêm contatos freqüentes, quanto até os espões dialogam, pode-se conceber uma diminuição da margem de manobra dos soberanos, inclusive porque eles próprios se encontram com muita intensidade nos blocos formais e nos grupos informais de consulta e de coordenação. O entendimento entre os homens e o espaço do direito, como queria Kant, aumentam continuamente, posto que as relações entre Estados soberanos são cada vez mais colocadas sob o signo dos princípios republicanos – no sentido kantiano – e numa dimensão cosmopolita (pois tal é o sentido da globalização contemporânea).

#### **4. Da grande para a pequena geopolítica (em torno dos conflitos regionais)**

Se meus argumentos expostos acima estão corretos, a nova perspectiva de um mundo pós-aroniano – ou seja, consubstanciado numa paráfrase adaptada do seu famoso diagnóstico da época da Guerra Fria, revertendo em afirmar: ‘paz possível, conflitos prováveis’ – representaria, também, a aposentadoria de outros teóricos da supremacia militar e dos conflitos inter-imperiais, entre eles Mackinder e sua famosa tese sobre o ‘pivô’ da dominação hegemônica (como sendo o *heartland* euroasiático).

O que significa a tese de Mackinder para os conflitos da era contemporânea? Provavelmente a transposição para o mundo da geografia política de suposições muito próximas do universo clausewitziano, por sua vez baseadas no domínio do terreno de manobras militares. Talvez o mesmo se aplique a Mahan e sua tese sobre o domínio dos mares. Na verdade, eles não estão de todo errados, ou sequer ultrapassados: suas teses podem ainda ter aplicação aos conflitos convencionais que, no entanto, deixam o terreno da grande geopolítica – isto é, da luta pela hegemonia total – para se refugiar nos conflitos parciais, localizados, de caráter regional ou geograficamente limitados.

Onde e quando se distinguem esses dois tipos de geopolítica, a grande e a pequena? Vamos começar pela grande.

Inglaterra e Espanha tiveram um grande enfrentamento geopolítico no século 16, em torno de seus interesses nacionais respectivos (que não se limitavam ao controle do Atlântico norte). França e Inglaterra estiveram em conflito geopolítico no decorrer dos dois séculos seguintes, na Europa e nas Américas, episódios apenas concluídos com a derrota definitiva de Napoleão (ainda assim com escaramuças subseqüentes, localizadas na África e no sul da Ásia). Depois, ambas as potências levaram uma luta geopolítica conjunta contra a expansão russa em direção do Mar Negro e contra o império otomano, nos Balcãs e no Oriente Médio. O século 19 e a primeira metade do século 20 foram, indiscutivelmente, etapas sucessivas da grande luta hegemônica conduzida pela Alemanha em sua busca de supremacia geopolítica na Europa central e em âmbito mundial. O Japão acompanhou a tendência, no mesmo período, tentando construir sua esfera de ‘co-prosperidade’ na Ásia, primeiro derrotando a China e a Rússia em conflitos limitados, depois invadindo a China em grande estilo, finalmente enfrentando o grande rival geopolítico no Pacífico, os EUA.

Este grande ator geopolítico do século 20 – e provavelmente dos próximos séculos, também – começou sua trajetória para a hegemonia militar de forma muito limitada, perdendo sua ‘segunda’ guerra de independência (1812) contra a Inglaterra, mas ganhando progressivamente terreno para sua projeção continental por meio de aquisições sucessivas de território na base da compra amigável (França, Espanha e Rússia) ou da posse pelas armas (México). Mas estas foram escaramuças da pequena geopolítica, ainda que inseridas num projeto geopolítico de enorme amplitude. Os testes decisivos para a projeção imperial dos EUA começaram, provavelmente, na guerra civil, que confirmou a natureza industrial e tecnológica da supremacia militar da nação americana, e tiveram plena confirmação na guerra hispano-americana de 1898, quando o novo *hegemon* regional adquire *status* de grande

potência apta a atuar no plano mundial, o que ele faz em 1917, nos campos do norte da França.

O resto do hemisfério americano teve apenas conflitos de pequena geopolítica. Mas não se pode descurar a grande importância estratégica dos conflitos que agitaram a América do Sul em torno do domínio no Prata, com uma sucessão de entreveros que contou, inclusive, com a união dos dois grandes competidores regionais – Argentina e Brasil – contra um pequeno candidato a ditador animado de pretensões napoleônicas. Um conflito geopolítico de maiores proporções foi evitado entre os dois grandes da América do Sul, provavelmente devido ao fato que nenhum deles necessitava ter contra o outro uma afirmação territorial que fosse essencial para a realização de seus grandes objetivos nacionais, de resto bastante limitados nos terrenos econômico – já que ambos eram exportadores de produtos primários para mercados desenvolvidos – e no terreno militar, também. A diplomacia tranqüila do Brasil foi, igualmente, um fator de arrefecimento dos ardores geopolíticos dos seus respectivos militares, já que as doutrinas e concepções estratégicas respectivas dos estados-maiores da Argentina e do Brasil contemplavam, sem dúvida, um enfrentamento provável em caso de erosão do bom entendimento mantido pelas suas lideranças oligárquicas.

A Europa conhecia, durante todo o período, conflitos de pequena geopolítica, geralmente nos Balcãs e em outras zonas periféricas. Mas as pretensões dos impérios centrais permaneciam intactas, mesmo com a imensa destruição trazida pela Grande Guerra. Depois da derrota da grande geopolítica da Alemanha hitlerista e do Japão militarista – com a intervenção mais histriônica do que efetiva da Itália fascista –, a Europa encerrou melancolicamente sua ‘segunda guerra dos Trinta Anos’ (1914-1945) para ceder o terreno aos dois gigantes geopolíticos que emergem ao final da Segunda Guerra: EUA e URSS (Mayer, 1981: 3).

O grande conflito geopolítico conhecido como Guerra Fria durou mais de 40 anos, e não se tem certeza de que ele tenha sido definitivamente enterrado em 1991. Tratou-se, em todo caso, do mais formidável conflito jamais empreendido por qualquer império do passado, com a particularidade de que ele nunca foi transposto para o terreno das armas, efetivamente. Os principais episódios se deram por procuração – *proxy wars* –, em ambientes regionais, geralmente periféricos, e em poucas ocasiões os mísseis tiveram de ser ajustados para eventual uso direto. Claro, os principais focos de tensão sempre estiveram na Eurásia, como gostaria a teoria de Mackinder. Mas os dois grandes candidatos a *hegemon*s exclusivos contemplavam o cenário mundial como o verdadeiro terreno de uma disputa mortal, que combinava tanto elementos de Sun Tzu e de Clausewitz, quanto aspectos puramente

psicológicos e clandestinos, associados à luta entre sistemas de inteligência, mais até do que ao planejamento militar e à presença de tropas no terreno.

Essa grande geopolítica da era bipolar se encerrou melancolicamente para um dos contendores e não é seguro que a finada União Soviética venha a ser substituída por um novo desafiante, supostamente a República Popular da China, como acreditam alguns planejadores militares americanos. Qualquer que seja o futuro das relações bilaterais, tudo indica que a China não vê nos EUA o seu inimigo principal, ainda que os EUA possam considerar a China como seu contendor estratégico. O mais provável que ocorra é uma coexistência problemática, feita de conflitos setoriais e episódicos – como a incorporação de Taiwan à soberania da RPC, por exemplo – e de fricções localizadas nos países periféricos, fornecedores de materiais estratégicos. Tudo o mais será suscetível de ser absorvido nos grandes mercados capitalistas que passam a unir, de forma definitiva, os interesses, não dos Estados, mas das empresas multinacionais de ambos gigantes da era pós Guerra Fria.

A Rússia atual, e futura, ainda que dotada de armas ‘estratégicas’, só parece ter condições de se envolver em conflitos de ‘pequena geopolítica’ a partir de agora, mesmo se alguns desses conflitos apresentam implicações globais (como os sistemas de mísseis intercontinentais, os recursos energéticos da Ásia central e outros do gênero). A União Européia deve demorar uma geração mais, pelo menos, para se apresentar como ator militar e geopolítico credível, recuperando, talvez, seu antigo papel mundial e uma importância maior nas grandes batalhas futuras da ‘geopolítica tecnológica’, isto é, nos terrenos que conformaram a quarta e a quinta revolução industrial, combinando microeletrônica, engenharia genética e novos materiais (nano e biotecnologia).

Potências médias, por sua vez, continuarão alimentando os anais da pequena geopolítica, algumas com maior ardor militar (Índia) do que outras (Brasil). Esta será bem mais movimentada do que a grande geopolítica, que não parece mais mobilizar o planejamento efetivo dos grandes impérios da atualidade. Isto não significa que os planejadores militares desses grandes impérios deixarão de contemplar cenários de enfrentamentos de última instância, inclusive com o recurso efetivo à arma extrema; mas a plausibilidade de transposição desses cenários para as salas de comando em situações de alerta total parece estar cada vez mais distante.

Nesse sentido, o mundo contemporâneo parece mais guiado por Montesquieu e Adam Smith do que por Clausewitz, Mahan ou Mackinder. Em outros termos, a interdependência global atua no sentido de arrefecer ardores guerreiros dos atuais (e futuros) responsáveis imperiais. O mundo de Kant ainda está muito distante, mas um autor que conserva atualidade

e permanência é, seguramente, Sun Tzu, inclusive porque seus princípios, tomados em sua forma mais abstrata e genérica ou adaptados de maneira adequada, podem ser igualmente aplicados ao mundo dos negócios e ao da diplomacia. Este será o mundo do futuro, em que pese a importância sempre decisiva dos militares. Estes continuarão relevantes, em qualquer hipótese, pois eles serão sempre os garantidores da paz: em última instância, os militares, junto com os colegas da diplomacia, são as instituições de Estado mais permanentes que se conhece.

Minha *última tese* é a de que os militares precisam se preparar cada vez mais para cenários de ‘pequena geopolítica’, onde eles serão mais facilmente mobilizados em situações assimétricas: pequenos senhores da guerra, terroristas, chefes de gangues armadas, grandes criminosos com pretensões ao controle de algum espaço real, além, é claro, de algum caudilho com tendências expansionistas. Eles poderão, é claro, continuar estudando a ‘grande geopolítica’, mas sempre com a intenção, aqui secreta, de não precisar subir aos extremos e precipitar o julgamento final.

Como dizia Sun Tzu (2008: 20), a guerra tem importância crucial para os Estados e, no cenário previsível, nenhuma comunidade internacional suplantarão o poder dos Estados nacionais nas questões definitivas de guerra e de paz. Nas condições da globalização, porém, a guerra não tem mais por objetivo conquistar terrenos, subjugar inimigos ou esmagar desafiantes no plano diretamente material. A ‘guerra’ econômica da atualidade (e, presumivelmente, cada vez mais, as ‘guerras’ do futuro) tem mais a ver com o domínio da tecnologia e do saber científico do que com o deslocamento de tropas no terreno, mesmo que este ainda seja um fator diferencial para os conflitos de pequena geopolítica do presente e para contendores secundários (e, aqui, tanto Clausewitz quanto Maquiavel podem ser de grande auxílio intelectual).

Quanto à grande geopolítica, ela provavelmente terá mais a ver com Adam Smith do que com Kant, mesmo que este continue relevante, talvez em alguma combinação com o primeiro, segundo uma fórmula ainda não exatamente detectada pelos cientistas políticos da globalização. Para terminar mais uma vez com Raymond Aron, ousou reinterpretar seu velho diagnóstico do início da Guerra Fria e formular uma antevisão para os primeiros (e seguintes) anos do século 21: guerra distante, paz possível, mas conflitos muito prováveis...

[Paulo Roberto de Almeida  
Brasília, 5 de março de 2009]

## Referências bibliográficas:

- Almeida, Paulo Roberto (2007). *O Moderno Príncipe (Maquiavel Revisitado)*. Brasília: edição do autor; sumário e apresentação disponíveis em:  
<http://www.pralmeida.org/01Livros/2FramesBooks/95maquiavelrevisitado.html>
- (2002). *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra
- Aron, Raymond (1948). *Le Grand Schisme*. Paris: Calmann Lévy
- (1962). *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann-Lévy
- (1976). *Penser la guerre, Clausewitz* Paris: Gallimard
- (1984). *Les Dernières Années du Siècle*. Paris: Julliard
- Ferguson, Niall. 2006. *The War of the World*. Londres: Allen Lane
- (2001). The Cash Nexus: Banking and Politics in History. *The Rothschild Archive, Review of the Year*, April 2000-March 2001, p. 9-15; disponível em:  
<http://www.rothschildarchive.org/ib/articles/ar2001.pdf>
- Kagan, Robert (2008). *The Return of History and the End of Dreams*. Nova York: Knopf
- Kant, Immanuel (2008). *À Paz Perpétua*. Porto Alegre: L&PM
- Keegan, John (1995). *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras
- Mayer, Arno J. (1981). *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. Londres: Croom Helm
- Sun Tzu (2008). *A Arte da Guerra*. Porto Alegre: L&PM
- Wittfogel, Karl (1957). *Oriental Despotism: A comparative Study of Total Power*. New Haven, Yale University Press

[Esquema e resumo: Brasília: 1867, 3 março 2008  
Redação: Brasília, São Paulo, 1910: 10 julho 2008  
Revisão: Brasília, 5 setembro 2008  
Nova redação, ampliada, 1987: Brasília, 3-5 março 2009  
Correção final: Brasília: 1 junho 2009]